

POLÍTICAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E INTERAÇÕES SÓCIOESPACIAIS NO BRASIL

Sandra Cristina Ferreira¹
sheidecke@hotmail.com

Com a finalidade de diminuir a dependência científica e tecnológica do país, as políticas elaboradas pelos I (1972-1974) e II (1975-1979) PNDs (Planos Nacionais de Desenvolvimento), representaram a iniciativa governamental por integração e expansão do processo de urbanização que na síntese de seus resultados, beneficiou os investidores industriais entre outras áreas da economia em detrimento do setor social. O III PND (1980-1985), surge diante de um cenário político e econômico com sinais de ruptura, exigindo a renovação dos critérios de investimentos e da metodologia para a promoção do desenvolvimento socioeconômico.

Seus objetivos, buscavam estabelecer investimentos no âmbito da ciência e tecnologia visando: ampliar a capacidade de absorção e geração de tecnologia das empresas brasileiras e de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia; estimular demandas tecnológicas direcionadas à adequação com as necessidades e interesses sócio-econômicos e culturais vigentes.

Estas preocupações tiveram o papel de fortalecer o domínio do conhecimento científico, diminuir os estrangulamentos existentes nos programas de pós-graduação, aumentar o acesso desse conhecimento nos níveis de graduação e de formação técnica especializada e assim, ampliar o numero de trabalho intelectual (SANTOS, 1997). A partir de tais investimentos, foi possível identificar a difusão do trabalho intelectual na rede urbana que aconteceu segundo Santos (1993, p.49), “alcançando não apenas as grandes cidades, mas também as cidades médias e os centros locais.”

Segundo essa lógica de concentração e dispersão, na década de 1980, os equipamentos tecnológicos abriram a oportunidade para os novos agentes na cidade, os profissionais qualificados e com nível de informação mais ampla, redefinindo o quadro das relações sociais e o papel da própria cidade na economia, mas também, excluindo desse

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente, São Paulo Brasil. Docente do Dpto de Geografia da UNICENTRO, Guarapuava, Paraná Brasil.

processo considerável número de pessoas ampliando a desigualdade. As propostas de modo geral, visavam acelerar o crescimento da renda e do emprego; melhorar a distribuição da renda, com redução dos níveis de pobreza e elevação dos padrões de bem-estar das classes de menor poder aquisitivo; reduzir as disparidades regionais com ênfase para o Nordeste; conter a inflação; equilibrar o balanço de pagamentos e controlar o endividamento externo; fortalecer o setor energético; e promover o aperfeiçoamento das instituições políticas visando o estabelecimento dos ideais democráticos (II PND, 1980, p.8). A imaturidade política frente ao novo modelo econômico e o regime político democrático, resultou em várias experiências administrativas como os planos econômicos e trocas de governos enquanto o país se firmava como urbano e industrial e adentrava às complexas relações financeiras internacionais.

Após a abertura democrática, sucessivos governos, patrocinaram reformas no Estado quanto ao seu modo de regulação, visando à inserção do país no regime de acumulação flexível com características neoliberais. Contudo, somente a partir da última década do século XX, reformas de caráter liberal são implementadas no Brasil consolidando a abertura para investimentos na área tecnológica em seu território sob as determinações do capital internacional.

As primeiras manobras políticas nesse sentido, ocorrem no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando o Estado abriu mão da prestação de serviços e privatizou empresas estatais de energia e telecomunicações. Quando Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência República, em 2003, as mudanças macroeconômicas pós-fordistas têm prosseguimento, inclusive com políticas públicas agrícolas compatíveis com as políticas internacionais, injetando capital internacional no campo com as agroindústrias, agronegócios e sob a bandeira do Biodiesel.

Frente a estas mudanças, abriu-se oportunidades para a mobilidade social que oscilou ampliando a classe média transformando realidades sócioespaciais expressas nos espaços intra e interurbanos, incluindo o campo e as transformações nas relações de trabalho, em sua maioria, fragmentada e informal. Percebemos que a mobilidade por um lado cria espaço para uma classe média mais ampla, a manutenção da concentração de riqueza em pouca parcela da população e, a verticalização da pobreza que se transforma rapidamente em miséria frente ao modelo econômico vigente.

O padrão de racionalidade produtiva no território tem interferido diferentemente no sistema urbano nacional, as redes tecnológicas e informacionais penetraram ao campo das indústrias, agroindústrias, setores do comércio, serviços e o individual. A ciência e a técnica certamente contribuiu para a economia e atribuiu nova característica à urbanização no Brasil, onde ao longo da qual, “o poder de controle sobre a economia e o espaço, vai cada vez mais se assentar na aptidão de certos lugares a manipular a informação” segundo Dias (2002, p.136), e nesses espaços, a população é submetida a condição de produção existente, desprovidos (sociedade e espaço) dos aportes tecnológicos que perpassam somente partes do território.

Diante desse contexto, temos por objetivo apresentar uma discussão sobre os principais processos político-econômicos e políticas públicas que, sobretudo a partir do III PND, contribuíram para a consolidação da rede urbana brasileira moderna, dotada de novos conteúdos, para a partir de então, apontar perspectivas para inclusão efetiva na rede urbana de cidades com pouca participação nas relações em rede estabelecidas no país. Por meio de referências bibliográficas e pesquisas em dados secundários, procuramos construir os subsídios necessários para a contemplação dos objetivos propostos. Lembramos, que o papel do Estado no período de divulgação e implantação das ações previstas no III PND, ainda se limitou àqueles setores considerados básicos para o processo de crescimento e desenvolvimento econômico em detrimento do social. Dentre os objetivos, foi constituído um quadro de "permanência e desdobramento da crise energética; persistência do balanço de pagamentos como restrição crítica; crescentes pressões sobre o nível e custo da dívida externa; substancial pressão inflacionária de origem interna e externa; e necessidade de **crescer** para criar o maior número possível de empregos" (PND, 1980, p.7 grifo nosso). O crescimento entretanto, não logrou as verticalidades necessárias para que as desigualdades sócioespaciais fossem superadas ou ao menos, reduzida, pois fundamentou-se na modernização desprovida de investimento em qualificação via educação.

1. Novas configurações espaciais: a tecnologia e a informação estimulando relações em rede

Os paradigmas tecnológicos, científicos e informacionais permearam o território e a sociedade brasileira com maior profundidade a partir de meados da década de 1990.

Nesse exercício teórico, temo que considerar as diferenças têmico espaciais na distribuição e consolidação do processo referido. Como expressão dessa realidade, as configurações sócioespaciais da economia e dos sistemas urbanos, foram intensificados tanto horizontalmente quanto no sentido de sua verticalização.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o aumento do valor da terra na capital do estado de São Paulo, acelerou o já iniciado processo de desconcentração das indústrias para a periferia oportunizando o crescimento urbano e populacional em cidades pequenas e o surgimento das cidades de porte médio.

Essa nova racionalidade do espaço, com novas centralidades, não significou a descentralização dos centros de gestão que continuam servido-se da avançada infraestrutura de São Paulo, criando os espaços do mandar e espaços do fazer (SANTOS, 1997). O deslocamento de atividades para o interior, criou a necessidade de novos conteúdos para amparar o sistema produtivo e, culminou na transferência para a periferia (da cidade de São Paulo), dos CPDs (Centros de Processamento de Dados), de bancos, prestadoras de serviço e empresas públicas (DIAS, 2002).

Apesar de recente, a Rede Mundial de Computadores (Internet), por exemplo, contribui para a consolidação do modelo de desenvolvimento pós-fordista. O avanço tecnológico torna-se fator essencial para a reestruturação do capitalismo em escala mundial (CASTELLS, 2002).

Segundo a perspectiva pós fordista, a produção acentua-se em várias formas de flexibilidade, tanto em termos tecnológicos e científico, como na organização espacial da produção. Os pequenos e médios produtores são especializados, ocasionando a sub-contratação e a dependência.

No que diz respeito à organização do trabalho ou à reestruturação do paradigma industrial, antes mesmo que a legislação trabalhista seja alterada, prevalecem as idéias de flexibilização e de desregulamentação, como contratos de trabalho por tempo determinado, terceirização, pagamento por tarefas etc, conduzindo e ampliando a precarização do trabalho e do trabalhador num nível avassalador. A flexibilização da organização do trabalho tem conseqüências diretas na compressão do tempo-espaço (Harvey (2001), nesse sentido, o indivíduo trabalha mais horas quando maximiza as atividades com o apoio da tecnologia e dos transportes.

A desintegração vertical reflete-se na descentralização das etapas de produção que passam a ser executadas fora da empresa, mas em outra localização, ou empresas terceirizadas ou seja, empresas menores são contratadas. As principais razões para o fenômeno são as incertezas inerentes ao mercado, que causam problemas na estrutura vertical da empresa e a possibilidade de maiores lucros com as economias externas, além da diminuição constante dos custos de produção.

Frente a estas mudanças, dá-se oportunidade para a mobilidade social, que oscila transformando realidades socioespaciais, expressas intra e interurbanos, assim como no campo segundo o conteúdo social e produtivo apresentado. Seguindo um padrão de racionalidade produtiva no território interferindo diferentemente no sistema urbano nacional, as redes tecnológicas e informacionais penetraram ao setor industrial, agroindústrias, no comércio, serviços e no plano individual.

Tal processo desde então, impulsiona a ciência, a economia e atribui nova característica à urbanização no Brasil, onde ao longo da qual, “o poder de controle sobre a economia e o espaço, vai cada vez mais se assentar na aptidão de certos lugares a manipular a informação”, segundo Dias (2002, p.136). A formação de tecnopólos é recorrente no mundo, no Brasil além da formação desde a década de 1950 do ITA (Instituto tecnológico da Aeronáutica) vinculado ao CTA (Centro Técnico Aeroespacial) e INPE (Instituto Nacional de Pesquisas espaciais), destacam-se outros centros como na cidade de Campinas com forte ênfase às telecomunicações e São Carlos na microeletrônica, informática, robótica, mecânica de precisão, química fina entre outras conforme (BAPTISTA, 2000).

As mudanças tecnológicas foram imprescindíveis e responsáveis pela reorganização do espaço industrial e urbano. O principal modelo o *Just In Time*, passa a ser incorporado a vida dos brasileiros concretizado pelo acesso à informática. Além do *Just In Time*, a inovação tecnológica abrange o Celular Quality Control (CRQ). Na pesquisa e no desenho, na comercialização e na administração, aparecem a tecnologia do Computer Aided Design (CAM) e Computer Integrated Global Manufacturing Systems (CIGMS).

Entretanto, não somente o conteúdo tecnológico e informacional pesam na localização de novos centros industriais. O mercado de trabalho, tanto no tocante à fartura de mão-de-obra como na debilidade da organização sindical podem influenciar na escolha.

Isso significa que, enquanto houver um deficiente sistema educacional, baixa

qualificação e pouca informação, a desigualdade socioespacial seguirá mesmo dentro de moldes modernos de dispersão das atividades econômicas, entendidas aqui como a indústria, o comércio e os serviços. Pode-se afirmar que, em todas as regiões do país, as transformações econômicas recentes levaram a rede urbana brasileira a perder aos poucos sua forma essencialmente concentrada no litoral (CARACTERIZAÇÃO, 2000, P.36).

Contudo, a reprodução do capital acontece via concentração da renda, seguida da ampliação da pobreza, aprofundando o abismo entre os ricos e os pobres, refletido espacialmente entre as regiões onde a dinâmica econômica ressalta no Sul e Sudeste, com inúmeras diferenças e especificidades inter e intra regionais que caracterizam uma rede urbana em construção.

2. Produção e consumo: sinais de verticalidades na rede urbana

A condição de superar o meio natural e técnico e a aptidão em atrair, implantar e assegurar inovações técnicas, científicas e informacionais, atribui á determinadas regiões e-ou cidades maior dinâmica quanto a urbanização, construção e estruturação da rede urbana.

Para Santos(1986, p.137), a diferença entre taxas de urbanização de várias regiões,

está intimamente ligada à forma como, nelas, a divisão do trabalho se deu, e que [...] a situação anterior de cada região pesa sobre os processos recentes. Quando da intensificação da urbanização, algumas áreas eram de antigo povoamento, servidas por infra-estruturas antigas, representativas de necessidades do passado, e não respondendo, assim, às vocações do presente. [...] por isso, a introdução de inovações materiais e sociais iria encontrar grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento e urbanização.

Para o autor supra citado, regiões isentas de experiências socioeconômicas mais profundas, apresentam dificuldades em adaptar-se ás inovações e ao ritmo moderno da produção e consumo. Isso pode acontecer por vários fatores que não se resumem aos aqui descritos como: pela inviabilidade dos aspectos físicos aliado á escassez de recursos financeiros e baixa produtividade; por representatividade política insignificante; pelo conservadorismo de elites locais que primam pela estagnação social a fim de assegurar o controle político ideológico reduzindo a capacidade de profissionalização, informação, apresentando resistência a novos investimentos e novos profissionais vindos de fora, entre

outros.

Salientamos que as características mencionadas assim como outras no mesmo sentido inibidor de desenvolvimento socioeconômico, podem se sobrepor ou não. Desse modo, às diferenças inter e intra-regionais necessitam serem avaliadas segundo sua formação sócioespacial, no contexto da totalidade espacial mas também da particularidade.

Em poucas décadas, o país transformou-se em urbano, definindo um processo que vinha se propagando lentamente e, em 1990 as áreas urbanas somaram 100 milhões de indivíduos, [...] com um ritmo extremamente dinâmico devido em grande parte a concentração populacional nas metrópoles que em 1996 respondiam por 42% da população urbana. Também à expansão e ao adensamento das estruturas urbanas tanto em áreas com povoamento consolidado como em áreas de fronteiras de recursos, conforme Egler(2001, p35).

O perfil da economia regional, evidencia o impacto da trajetória econômica regional sobre a estruturação da rede urbana e abrange a análise econômica explicitando os desdobramentos espaciais decorrentes, bem como as razões desses desdobramentos. Distingui-se áreas dinâmicas, áreas estagnadas e mudanças na base produtiva das regiões de maneira que “quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são umas das outras.”(SANTOS, 1997, p. 149).

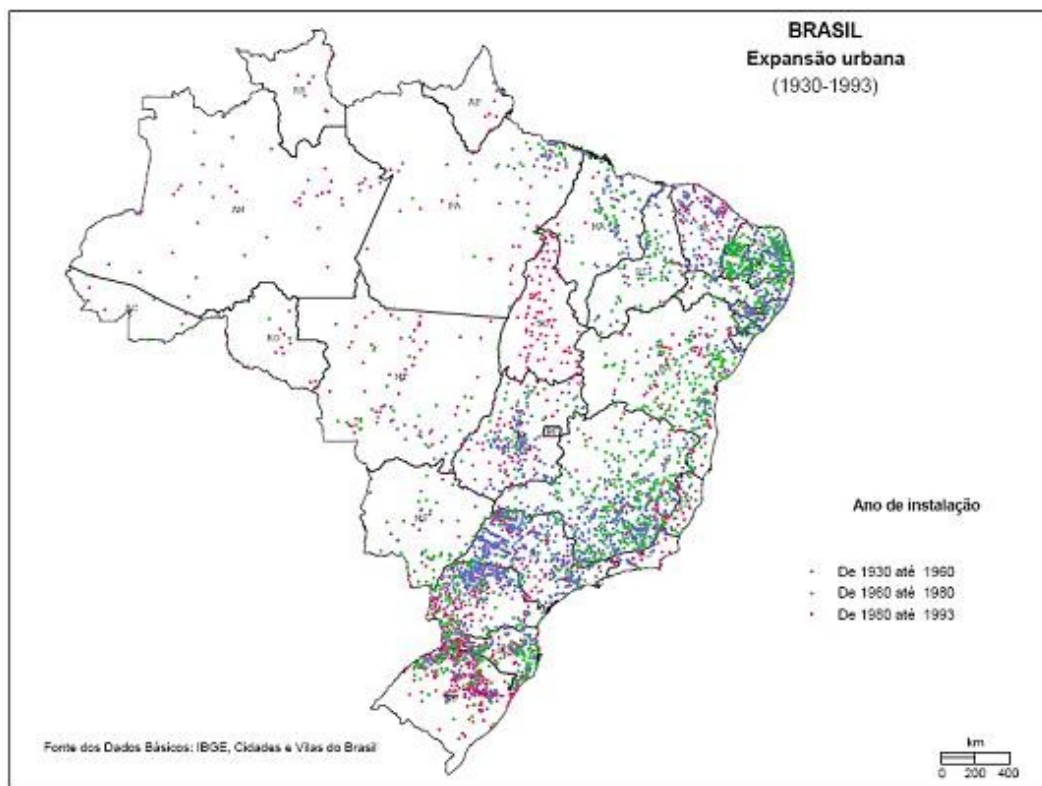
A distribuição das atividades econômicas, com ênfase ao setor industrial, teve como suporte o arcabouço de cidades assim como a continuidade de planos estratégicos como o Brasil em Ação, com a proposta de estabelecimento e fortalecimento de “eixos nacionais de integração e desenvolvimento”.

A caracterização da rede urbana regional, identifica as mudanças ocorridas na conformação do sistema urbano regional no período recente (décadas de 1980 e 1990), articulando essas alterações com as principais tendências do desenvolvimento econômico regional (CARACTERIZAÇÃO, 2000).

O século XXI despontou com novas indicações políticas com a economia em intensa conexão com o modelo de produção-consumo global e o sentido informacional que a sociedade passou a assumir frente às exigências do mercado e das novas bases na relação sociocultural: a comunicação e informatização.

Nesse contexto, no Brasil vislumbra-se tanto as megacidades, capitais que

inscrevem-se na corrida pela introdução ou permanência na economia global e sociedade informacional como apontado por CASTELLS(2000), quanto as cidades médias relevantes na representação de papéis intermediários em diversas regiões do país. Somam-se a estas dimensões de cidades, os inúmeros pequenos núcleos urbanos que tiveram aumento significativo com os sucessivos desmembramentos recentes após a constituição de 1988, culminando numa constelação de cidades, como evidencia a figura 1.



Org.: FERREIRA, S. C.

Frente a essa dinâmica urbana e demográfica, a figura 1, apresenta a distribuição de cidades no território de 1930 a 1993, permitindo a compreensão de como os núcleos urbanos proliferaram sobretudo, a partir da década de 1960 a 1980 e de 1980 a 1993, quando evidencia-se a expansão urbana para as regiões norte e centro do país, mas também, expande em regiões com urbanização já intensa, como o Sul e Sudeste onde surgem inúmeras novas cidades nesse período.

Muitos desses pequenos núcleos, mantêm como base econômica, as atividades primárias e são frutos dos sucessivos desmembramentos territoriais para a criação de novos

municípios a partir da Constituição Federal de 1988, Capítulo I, em seu parágrafo 4º do artigo 18), que, contribuiu estatisticamente com a ampliação do número de cidades. A Emenda Constitucional nº 015/96, embora não tenha encerrado, freou consideravelmente tal processo, não alterando muito portanto, a disposição e quantidade das cidades presente na figura 1.

A distribuição das cidades revela lacunas que permitem alertar para a heterogeneidade do processo de urbanização e das práticas urbanas, cabendo pensar as diferenças segundo a lógica da formação sócioespacial que acontecem segundo “uma sucessão a tempos, mas também em coexistência de tempos” (SANTOS, 1997, p.163) numa construção social sob a influência de agentes e padrões produtivos diferenciados, resultando também em espaços diferentes .

A construção do perfil da sociedade urbana industrial brasileira, demonstra o movimento do sistema produtivo global de organizar-se em torno da sociedade dominante “a de consumo”. O campo tem expulsado trabalhadores e expropriado pequenos proprietários desde a revolução verde, instaurada na década de 1970. As novas determinações produtivas segundo o conceito do agronegócio tem ampliado o esvaziamento do campo, dando lugar às empresas do campo, com tecnologia e capital voltados para a produção para a exportação. Tais conjunturas expressam na cidade sua realização, onde muitos expropriados e ex trabalhadores rurais antigos e novos, procuram de uma cidade a outra, construir sua vida.

Percebemos que as duas dimensões espaciais, geralmente fragmentadas para princípios analíticos, são formadas e deformadas pelo mesmo sistema, reduzindo a possibilidade de dominação de uma pela outra, ao passo em que ambas estão sujeitas á uma relação de dominação mais ampla, manifesta em escala mundial que não enxerga o espaço geográfico, mas geométrico. Portanto campo-cidade são apenas espaços homogêneos de atuação do capital. A lógica maior advém de gestores do capital internacional, como FMI (Fundo monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), BM (Banco Mundial) influenciando, quando não determinando o que, quanto e, onde produzir.

A cidade por concentrar as atividades administrativas e de gestão, são o lócus de regulação do que se faz no campo (SANTOS, 1993), e acrescenta-se: regula do mesmo modo, o que se faz na cidade. As cidades continuam a receber população como demonstra

o Quadro 1, com a concentração 53.93% da população na cidade na 1970, elevando continuamente para 89.10% em 2006. O dado demonstra que após a década de 1970, outro movimento migratório se instaura no país, superando o movimento campo-cidade para o cidade-cidade.

O campo engloba-se às e, é englobado pelas relações mercadológicas em nível global, contudo, esse espaço não exprime uma realidade dominada pela cidade, do mesmo modo que a cidade “não pode ser entendida como um sub-produto da industrialização” Lefebvre(1999, p.9), tam pouco o campo assim se constitui.

Quadro 1 – População urbana e rural no Brasil (1940-2006)

| Ano do Censo | População Total | População Urbana | % | População Rural | % |
|--------------|-----------------|------------------|--------|-----------------|--------|
| 1940 | 41.236.315 | 12.880.182 | 31,24% | 28.356.133 | 68,76% |
| 1950 | 51.944.397 | 18.582.891 | 35,77% | 33.361.506 | 64,23% |
| 1960 | 70.070.457 | 31.303.034 | 44,67% | 38.767.423 | 55,33% |
| 1970 | 93.139.037 | 52.089.984 | 55,93% | 41.049.053 | 44,07% |
| 1980 | 119.002.706 | 82.436.409 | 69,27% | 36.566.297 | 30,73% |
| 1991 | 146.825.475 | 110.990.990 | 75,59% | 35.834.485 | 24,41% |
| 2000 | 169.799.170 | 145.800.000 | 85,87% | 23.999.170 | 14,13% |
| 2006 | 186.119.238 | 165.832.920 | 89,10% | 20.286.318 | 10,90% |

Fontes: Estimativas da população residente 1940-2000, IBGE e estimativas com base em índices do IBGE para 2006.

Org.: FERREIRA S. C. 2008.

Portanto são elementos de processos não dicotômicos, embora apresentem especificidades físicas, produtivas entre outras. Juntos conformam arranjos espaciais com pontos contíguos e contínuos em coexistência, o que torna pertinente a análise sob o enfoque regional, ao se pensar tais relações como preponderantes á formação e dinâmica da rede urbana.

O sentido urbano atribuído ao país transcende ao dado quantitativo, a aparência, às formas, ao tamanho e a matriz econômica concentrada na cidades. Para Santos (1997, p.68) “o urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno”, atendo-se em como a população emprega o tempo disponível, seu comportamento frente às atitudes cotidianas e aos hábitos de consumo permitindo a construção da noção de rede urbana num país com cidades originadas no final do século XX.

Nos países Europeus, a urbanização é antiga, construída lentamente ao ritmo de sucessivas revoluções tecnológicas. Tanto as cidades como as redes urbanas se organizaram

lentamente. (SANTOS,1997, p. 08) espaço técnica e tempo

No Brasil, a urbanização o sistema e a rede urbana, são resultados de um longo processo de constantes mudanças territoriais do país, no qual as alternativas de localização das atividades econômicas têm um importante papel indutor, entendendo-se a urbanização como parte integrante dessas determinações (CARACTERIZAÇÃO, 2000).

A velocidade em que ocorrem novas determinações, dificulta o amadurecimento e fortalecimento do tecido social, no sentido da tomada de consciência política individual e coletiva. No campo espacial, incursões sobre as formas assim como a estrutura, acabam por designar uma construção-desconstrução-reconstrução que coloca sob alguns aspectos, o país de maneira geral e também específica em condição de recomeço, acentuando o caráter mutável da rede.

O modelo de desenvolvimento econômico vinculado aos interesses políticos e às estratégias de avanço e reprodução de capital internacional, fundamentou grande parte do setor industrial em relações externas mais fortes que internas. Assim, a sociedade urbana originada sob esse contexto político-econômico, manteve a tendência incisiva em assimilar valores efêmeros no tocante ao consumo, aliado tanto a necessidade quanto ao desejo.

A informatização tornou o território e a sociedade articulada e funcional, mas desarticulado quanto ao comando local das ações que nele se exercem. Essa adequação, estreita a distância e o tempo para que a reprodução do capital nacional e internacional aconteça. E, por meio da reincidente concentração de renda, infra-estrutura e poder político-econômico, apenas algumas parcelas da sociedade usufruem dessas inovações.

3. Algumas Considerações sobre a rede de cidades e a sociedade contemporânea

Diante do cenário urbano, revela-se um desenho espacial com grande número de cidades pequenas, sobretudo até 5 mil habitantes.

O Ministério das Cidades, fundado em 2003, nasceu da preocupação com a organização e gestão da cidade de diferentes tamanhos. Para a definição do tamanho das cidades, existem vários estudos com critérios diferentes. O IBGE , define o tamanho das cidades segundo o número de habitantes total, de maneira que são consideradas pequenas quando possuem número populacional total de até 100 mil, de 100 a 500 são consideradas

de porte médio e, a partir de 500 grande cidade. Existem diferentes propostas e definição sobre o tamanho das cidades, as quais seguem orientações metodológicas segundo a necessidade do país ou do estudo a ser realizado.

Certamente o critério demográfico é superficial por não revelar a dinâmica de cada centro urbano, servindo apenas, como delimitação de um recorte para estudos no Brasil. Contudo, a partir dessa definição, acreditamos ser possível inserir e trabalhar as diferentes especificidades inerentes a cada cidade pesquisada.

A compreensão das vicissitudes na relação entre cidade, campo, região, urbanização, indústria, o capital a sociedade e a rede urbana requer desviar a preocupação demasiada com as coerências, e valorizar as imprecisões, as rupturas e períodos de transição com suas dissimetrias, abrindo caminho para a perspectiva dialética. Uma compreensão fragmentada-articulada, direcionada para a aproximação com o real, desprovido de perfeições e de resultados evidentes, definitivos ou estanques.

Com a intensificação do fluxo produtivo entre as cidades “as especializações do território são a raiz da complementaridade regional: há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe”. SANTOS(1993, p. 64), estabelecendo assim, novos arranjos na rede urbana.

Assim como a industrialização no país é incompleta e concentrada, também a urbanização e as relações em rede não acontecem na mesma intensidade entre as mesorregiões brasileiras, mas “a concentração de pessoas e atividades econômicas em poucas cidades não deve ser vista como um fato permanente, e a complexidade do padrão de urbanização atrela-se ao fato da cambiante concentração e desconcentração industrial” (SOUZA, 2001, p.392)

A cidade precede a industrialização e a urbanização, portanto, ela é o elemento norteador da construção da sociedade urbana que toma novos rumos com a produção industrial. Da própria indústria emergem outras atividades derivadas e expande o comércio e os serviços no modo de vida urbano, alimentando as relações em rede. Tal processo, tem sido consagrado como o advento que recria a problemática urbana à luz do mundo das mercadorias e, a velocidade por meio dos fluxos materiais e imateriais, condiciona a vitalidade da rede urbana em varias escalas.

A busca pela apreensão da rede urbana a partir do recorte regional, exige a

participação de uma complexa gama de sujeitos a serem considerados, pois quanto menor a escala, maior a quantidade de detalhes a serem apreendidos na investigação para elucidação das hipóteses e compreensão do objeto de estudo.

Além disso, apesar das transformações recentes pelas quais tem passado a rede urbana brasileira, incluindo-se a possibilidade de interações horizontais ampliadas, articulando os grandes centros do país, bem como a existência de cidades com capacidade tecnológica e condição econômica para relacionarem-se mundialmente, sendo inclusive estas as que mais se beneficiam da economia mundializada, “ainda existem no país amplos espaços em que é inegável a determinação de relações tradicionais de articulação e hierarquização dos diversos centros em regiões onde a atividade econômica é comandada por setores tradicionais e a renda gerada é relativamente reduzida" (CARACTERIZAÇÃO, 2000).

4. Referencias Bibliográficas

BAPTISTA, Rosalina Ferreira. Redes de Inovações no Contexto dos Tecnopólos: A Experiência de São Carlos-Brasil. In: **Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona. N.69, 1 de agosto de 2000.

CARACTERIZAÇÃO e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Campinas: UNICAMP-IE-NESUR; IPEA; IBGE, 2000. 2v. (Coleção Pesquisa, 3).

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2000.

_____. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DIAS, Leila Christina. Redes Eletrônicas e Novas Dinâmicas no território Brasileiro. In: **Questões Atuais da Reorganização do Território**. (Orgs.; CASTRO, Iná E. et all). Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2002.

EGLER, Cláudio. Urbanização Mundial e no Brasil: Mudanças Recentes e Perspectivas. In: IPEA, IBGE, UNICAMP. **Estudos básicos para a caracterização da rede urbana**. Brasília: IPEA, 2001. p. 319-343. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil).

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**, São Paulo, Edições Loyola, 2001.

IBGE. Regiões de Influência de Cidades – 1993. Rio de Janeiro. IBGE, 2000.

Lefebvre, Henry. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, Hucitec, 1986.

_____. **A urbanização brasileira**. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e meio técnico – científico informacional. 3 ed., Hucitec, São Paulo, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “fragmentação do tecido sócio-espacial” da metrópole à desmetropolização relativa” algumas facetas da urbanização brasileira nas décadas de 80 e 90. In: **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas**. (Org. Maria Encarnação Sposito). Presidente Prudente, 2001.